



09/03/2017 - 9h39 - Sinttel-ES

Dimensão/GVT vão pagar diferenças salariais desde 2013

Os/as empregados/as que trabalharam na empresa Dimensão Serviços de Telecomunicações e Tecnologia Aplicada Ltda e, que, foram desligados a partir de 18/09/2013 ganharam a ação de cumprimento, proposta pelo Sinttel na Justiça do Trabalho, das Convenções Coletivas (CCT's) 2013/2014, 2014/2015 e 2015/2016. Isso quer dizer que esses/as ex-empregados/as vão receber as diferenças salariais entre o que recebiam e os valores dos pisos salariais previstos nestas Convenções, além das diferenças de valores dos benefícios.

A decisão da 11ª Vara da Justiça do Trabalho de Vitória, foi publicada no dia 24 de fevereiro e todos os trabalhadores que estiverem nessa condição (foram desligados a partir de 18/09/2013) terão que executar as empresas, já que a justiça condenou a Dimensão e a GVT, solidariamente.

Ações de execução são individuais ou plúrimas (com um grupo de 5 ou mais ex-trabalhadores) e serão feitas pelo Departamento Jurídico do Sinttel-ES.

O Sinttel convoca todos os trabalhadores atingidos para procurarem o departamento Jurídico, falar com Oscarina, levando os seguintes documentos: CTPS, Carteira de Identidade, Rescisão de Contrato de Trabalho, afim de entrarmos com ação de execução de pagamento de cumprimento das CCTs 2013/2014, 2014/2015 e 2015/2016. Podem ligar e falar com ela antes, para se certificarem da documentação pelo telefone 27 3223-4844.

Trajatória do processo – a luta do Sinttel com os trabalhadores/as

Esse processo, pedindo o pagamento das convenções coletivas, começou em 18/09/2015. A primeira audiência foi realizada em 05 de novembro. Não houve acordo.

Dai, no dia 14/12/2015, a juíza Sonia das Dores Dionísio da 11ª Vara do Trabalho achou a ação inconsistente e pediu a extinção do processo. Segundo a juíza, o Sinttel cometeu litispendência, alegando que já tinha ação idêntica na 4ª Vara do Trabalho com o mesmo objetivo, o cumprimento da CCT 2011/2013 e que nesta ação o pedido era de cumprimento das CCTs 2014/2015 e 2015/2016. A juíza também não encontrou argumentos consistentes para responsabilizar a GVT na época, hoje Telefônica Brasil, pelo pagamento dessas diferenças salariais que a Dimensão praticava, uma vez que a prestadora de serviços já não operava mais no Estado.

No dia 26/01/2016, o Sinttel entrou com um Recurso Ordinário no

Tribunal Regional do Trabalho (TR-ES), pedindo que o Tribunal reconsiderasse os pedidos dessa ação, diante dos prejuízos que todos os trabalhadores da Dimensão tiveram, afinal, a empresa pagava um salário diferente do que estava previsto nas CCTs.

O recurso foi analisado pela 1ª Turma do TRT e os desembargadores Gerson da Sylveira Novaes, José Luiz Serafini e Claudio Menezes e o representante do Ministério Público do Trabalho, Antonio Carlos Soares, não concordaram com os argumentos da juíza para extinguir o processo, aceitando, portanto o pedido do Sinttel. Diante disso, o processo voltou para as mãos da juíza Sonia das Dores Dionísio da 11ª Vara do Trabalho no dia 22/06/2016, que deu continuidade no julgamento.

No dia 06/10/2016 houve uma segunda audiência de conciliação, sem acordo.

A sentença saiu no dia 01/02/2017, mas só foi publicada no dia 24 de fevereiro. Os ex-trabalhadores ganharam o direito de receber as diferenças salariais e outras garantias que estavam previstas nas CCTs de 2013 até 2016.

Veja o que escreveu a juíza em sua sentença:

ACÇÃO DE CUMPRIMENTO – BENEFÍCIOS PREVISTOS EM NORMA COLETIVA

O Sindicato ajuizou a presente ação objetivando o cumprimento das cláusulas das convenções coletivas de 2013/2014, de 2014/2015 e de 2015/2016, que tratam do piso por função, reajuste salarial, auxílio-alimentação, auxílio ao dependente portador de necessidades, auxílio-saúde, auxílio-creche e seguro de vida e acidentes pessoais. Aponta, ainda, o descumprimento da cláusula 9ª da 2015/2016, que trata da gratificação de férias. A 1ª Ré (Dimensão), por sua vez, se limitou a dizer, e de forma genérica, que reajusta anualmente os salários de seus empregados e que efetua o pagamento de auxílio-alimentação, sem, contudo, colacionar (apresentar) aos os documentos que comprovassem suas alegações. Além do mais, não teceu qualquer linha em sua defesa quanto às demais violações às normas coletivas apontadas pelo Sindicato. Ora, nos termos do art. 341 do CPC, compete ao réu manifestar-se precisamente sobre os fatos narrados na petição inicial, presumindo-se verdadeiros os fatos não impugnados. Portanto, diante o teor da defesa da 1ª Ré (Dimensão), e levando em conta que não houve impugnação específica da empresa tomadora de mão de obra (GVT) acerca do descumprimento, pela empregadora, de obrigações previstas nas convenções coletivas de trabalho de 2013/2014, de 2014/2015 e de 2015/2016 e, ainda, ante a ausência de prova acerca do adimplemento das obrigações vindicadas pelo SINTTEL/ES, condeno a 1ª reclamada (Dimensão), a pagar aos trabalhadores processualmente substituídos, as seguintes parcelas:

Leia mais em: <http://sinttel-es.org.br/novo/noticia/6542/>



08/03/2017 - Tele Sintese

Temer tira representantes da sociedade civil do conselho de desburocratização

Antiga Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade agora poderá sugerir também metas de governança digital.

O presidente da República, Michel Temer, retirou a possibilidade de participação da sociedade civil no conselho que sugere à Presidência formas de simplificar a gestão dos serviços públicos. O decreto, publicado hoje no Diário Oficial da União, substitui textos de 2011 e 1990 que determinavam a formação de um comitê formado por ministros de estado, integrantes do Legislativo, do Judiciários e da sociedade.

Pela nova regra, o Conselho Nacional para a Desburocratização – Brasil Eficiente (antiga

Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade) será presidido pelo ministro-chefe da Casa Civil e integrado apenas pelos ministros da Fazenda, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, da Transparência, Fiscalização e Controle (CGU) e pelo ministro-chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República.

Um deputado federal e um senador indicados pelos presidentes das duas Casas e um membro do Poder Judiciário indicado pelo

presidente do Supremo Tribunal Federal poderão participar como “convidados”. As reuniões ocorrerão ordinariamente a cada três meses e, extraordinariamente, a qualquer momento, a critério do presidente do conselho.

O conselho pouco atuou no passado e vinha à deriva desde 2013. A última ata do grupo, de junho de 2013, mostrava reunião apenas com integrantes do governo, sem representantes civis. Tanto antes, como agora, a participação no órgão não é remunerada.

Leia mais em: <http://migre.me/wcJKP>

08/03/2017 - Tele Sintese

Whatsapp divulga pesquisa para mostrar impacto sobre o PIB

Comunicações pelo serviço da OTT teria gerado entre US\$ 12 bilhões e US\$ 28 bilhões em 2015. Estudo revela que aplicativo tem maior participação do mercado de mensageria no Brasil, seguido de Facebook Messenger e Skype.

O serviço de troca de mensagens digitais WhatsApp divulgou nesta quarta-feira, 08, um estudo com o qual pretende mostrar que gera uma contribuição relevante para o PIB brasileiro. O estudo foi encomendado à consultoria Analysis Group, que analisou dados econômicos do país nos últimos quatro anos, o modo como o aplicativo é usado pelas pessoas e por empresas, e quais resultados econômicos é capaz de gerar, com base em entrevistas com usuários, pesquisas quantitativas e projeções estatísticas.

A conclusão?

O Brasil tinha, em outubro de 2016, 49% da população usando o WhatsApp ativamente (100 milhões de pessoas). Era o país com maior penetração entre os países pesquisados (Índia, 13%, Alemanha, 43%, e Espanha,

47%). A consultoria cruzou o tempo de uso dos brasileiros com os gastos em telecomunicações, e percebeu que o WhatsApp foi responsável por movimentar entre US\$ 12 e US\$ 28,3 bilhões em 2015*.

Significa entre 0,38% e 0,88% do PIB do país naquele ano. A variação considera do cenário mais conservador ao mais otimista. Esses valores são os mais altos dentre os quatro países abordados na pesquisa.

O Analysis Group chegou a esse número estimando redução de custos para o marketing das empresas, que usaram o app para falar com o consumidor, a economia em trocas tradicionais de mensagens e o uso da ferramenta por serviços públicos ao cidadão. Leia mais em:

<http://migre.me/wcJXB>

07/03/2017 - Convergência Digital

MPF quer indenização de R\$ 12 milhões de Oi e TIM por falta de cobertura em Santa Catarina

O Ministério Público Federal em Santa Catarina ajuizou ação civil pública contra a Oi e a TIM para que efetuem a cobertura de sinal nas áreas rurais situadas até 30km do limite das sedes dos municípios onde há posto da Polícia Rodoviária Federal.

Se condenada, a Oi também deverá ainda instalar orelhões nos postos da Polícia Rodoviária Federal e nas áreas rurais até 30km das sedes dos municípios – como previsto nas regras da Anatel. A ação pede, ainda, indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 12 milhões, a ser revertido ao Fundo de Defesa dos

Direitos Difusos ou para aquisição de equipamentos para a Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina.

O MPF sustenta na Ação Civil Pública que a Oi não cumpre metas de universalização, notadamente na exigência de cobertura até 30 km do distrito sede. E alega também que de forma semelhante a Tim desrespeita os termos assinados com a Anatel. A própria agência é considerada como “omissa no papel de fiscalizar e exigir o pleno acesso do serviço coletivo de telefonia”.

Leia mais em:

<http://migre.me/wcK36>



08/03/2017 - Sinttel-ES

Mulheres protestam contra a Reforma da Previdência e a violência

O dia 8 de março, que celebra o Dia Internacional das Mulheres, foi marcado em Vitória-ES pela manifestação de protesto do movimento de mulheres trabalhadoras. Pela manhã, elas se concentraram na Praça 8, no Centro e depois saíram em passeata contra a Reforma da Previdência e o Feminicídio, diante da dura realidade do ES que detém os maiores índices de assassinatos de mulheres no Brasil.

As manifestantes caminharam pelas principais ruas da cidade e se dirigiram para a Sede do INSS, localizado na Avenida Beira, no bairro de Monte Belo, onde fizeram um ato público para denunciar as reformas previdenciária e trabalhistas, propostas pelo governo golpista de Michel Temer, e que retiram direitos da classe trabalhadora.

Reunidas por várias causas, as mulheres capixabas participaram este ano da Campanha Mundial "Parada Internacional das Mulheres", cujo

tema principal é "Se Nossas Vidas não Importam, Que Produzam Sem nós", numa referência clara à discriminação da mulher no trabalho e na sociedade capitalista, onde ela recebe salários menores e não ocupa, na mesma proporção, cargos de comando nas empresas e no governo.

O movimento 8M Pare no Brasil orientou que as mulheres fizessem uma paralisação de uma hora, entre 12h30 e 13h30 no dia de hoje, contra a Reforma de Previdência e pelo fim da violência contra a mulher. O ES continua no topo do ranking dos assassinatos de mulheres.

O Sinttel foi representando por dois diretores, Alessandro Mamedi e Reginaldo Biluca, que caminharam em apoio à luta das mulheres.

Assista ao vídeo:

<http://migre.me/wcJgO>

09 Março 2017 - Instituto Humanitas

Desigualdade de gênero, um passo atrás de quase 10 anos

"A desigualdade de gênero, especialmente em âmbito econômico, em nível de renda, em acesso ao mercado de trabalho e em fatores de produção, é um fenômeno que, ao contrário do que se poderia pensar, em 2017, está continuando a crescer."

A opinião é de Roberto Barbieri, diretor-geral da Oxfam Itália, em artigo publicado no sítio L'HuffingtonPost.it, 08-03-2017. A tradução é de Moisés Sbardelotto.

Eis o texto.

O dia 8 de março deste ano corre o risco de ser uma data em que os direitos das mulhe-

res, adquiridos em décadas de lutas, pode ver mais um passo atrás em termos reais.

E não é por acaso que as mulheres de quase 50 países vão celebrar o Dia Internacional da Mulher saindo às ruas para protestar contra a violência e a desigualdade de gênero.

Sim, porque a desigualdade de gênero, especialmente em âmbito econômico, em nível de renda, em acesso ao mercado de trabalho e em fatores de produção, é um fenômeno que, ao contrário do que se poderia pensar, em 2017, está continuando a crescer.

De acordo com as estimativas divulgadas

pela Oxfam no relatório "Uma economia que funciona para as mulheres", serão necessários mais 170 anos para preencher uma lacuna nos salários médios entre homens e mulheres que ainda se encontra parado, em nível global, em 23%.

Um dado que evidencia um passo atrás, que nos leva de volta para os níveis de desigualdade de 2008, afastando-nos, mais uma vez, do objetivo estabelecido pelas Nações Unidas de se chegar a zero a pobreza extrema no mundo até 2030.

Leia mais em: <http://migre.me/wcK9s>

Em um ano, 5% da população sofreu mobilidade descendente

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad 2015, que analisa, entre outros fatores, o trabalho e o rendimento da população, demonstram que "ocorreu uma mobilidade descendente em todas as camadas sociais" em um ano, informa o economista Waldir Quadros à IHU On-Line, na entrevista a seguir, concedida por telefone. Isso significa, explica, que aproximadamente "5% da população", ou seja, "algo em torno de 11 milhões de pessoas sofreram mobilidade descendente em apenas um ano". Segundo o economista, os dados preocupam porque, "ao que tudo indica, 2016 será no mínimo igual ao ano anterior e 2017, pelo que estamos vendo, também será um ano bastante problemático. Com isso estamos falando em um retrocesso de três anos".

Para termos dimensões do que está acontecendo no país, frisa, basta "olhar para a década de 1990". "O que vimos na década de 1990? Aumento da miséria, mais marginalidade, criminalidade, pois o desemprego desestrutura as famílias. Então, pode haver um aumento da miséria e da pobreza, porque as pessoas não têm perspectiva, porque não têm como se virar. O que vai acontecer? Ninguém sabe", pondera.

Na avaliação do economista, a "causa básica" que explica esse quadro é a "falta de crescimento econômico, a crise no mercado de trabalho, o aumento do desemprego e a redução da renda entre aqueles que continuam ocupados".

Leia mais em: <http://migre.me/wcKcV>

07/03/2017 - RBA

PIB de 2016 cai 3,6%, com menos consumo e investimento

Foi a segunda queda seguida. Todos os setores tiveram retração, com destaque para a agricultura. Segundo o IBGE, diminuição do consumo das famílias se explica por crédito, renda e emprego menores

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro caiu 3,6% em 2016, com recuo em todos os setores, redução do consumo e do investimento, segundo o IBGE. Em valores, somou R\$ 6,267 trilhões. O PIB per capita (resultado do valor dividido pela população) foi calculado em R\$ 30.407, queda de 4,4%.

Foi a segunda queda seguida, depois dos -3,8% de 2015, marcando um período de recessão aguda. Entre os setores de atividade, a agropecuária caiu 6,6%, a indústria teve retração de 3,8% (sendo -5,2% na indústria de transformação, mesmo resultado da construção) e os serviços, de 2,7%, com retração de 6,3% no comércio.

A taxa de investimento atingiu 16,4%, abaixo do ano anterior

(18,1%) e a de poupança foi de 13,9% (14,4% em 2015). A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), outro indicador de investimento, caiu 10,2%, na terceira queda seguida. "Este recuo é justificado pela queda da produção interna e da importação de bens de capital, sendo influenciado ainda pelo recuo da construção", diz o IBGE.

Já o consumo das famílias recuou 4,2%, ainda mais que no ano anterior (-3,9%). Segundo o instituto, isso se explica pela "deterioração dos indicadores de juros, crédito, emprego e renda ao longo de todo o ano de 2016". O consumo do governo caiu 0,6%, ante -1,1% em 2015.

Leia mais em:

<http://migre.me/wcKn7>

06/03/2017 00h20 - Carta Capital

Na era Temer, o desmanche iniciado por FHC se aprofunda

Privatizações e desnacionalizações sem fim são a política econômica do governo atual, que torna o País

Após dois anos de recessão, corte generalizado do gasto público, contenção do crédito e redução das exigências para a venda e a concessão de ativos do Estado, aumentam os indícios de que o governo Temer tornará o Brasil ainda mais frágil para seguir rumo próprio na economia e mais vulnerável no contexto global.

O pacote em preparação para atrair, segundo os jornais, 370 bilhões de reais em investimentos em dez anos não parece obedecer a outra estratégia além de austeridade na proteção social e facilidade na transferência do controle de ativos do Estado para investidores particulares, principalmente estrangeiros.

"A combinação de tudo isso só tem um resultado possível: o esfrelamento de nossa soberania e a elevação sem precedentes da vulnerabilidade do País e do seu atrelamento a interesses que não são nossos, menos ainda da população pobre", alerta a professora de economia da USP, Leda Paulani.

Faz parte do frenesi privatizante e desnacionalizante o condicionamento da liberação de recursos a estados e municípios em crise



à venda de empresas públicas locais. Na segunda-feira 20, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro aprovou o projeto de oferta à iniciativa privada da companhia estadual de saneamento, a Cedae, medida exigida pelo Ministério da Fazenda para aprovar a ajuda federal. No mesmo dia, o governo definiu uma norma geral para casos do tipo.

O estado candidato ao recebimento de recursos deverá antes aprovar lei para autorizar a desestatização de instituições financeiras e empresas de energia e saneamento, as mais atraentes para o mercado mundial, e destinar as receitas ao abatimento de dívidas.

Segundo denúncias de sindicalistas, mudanças estruturais aceleradas preparam o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal para a privatização. O governo gaúcho foi avisado, só terá dinheiro quando vender o Banrisul, instituição rentável que põe em xeque o dogma neoliberal da ineficiência da gestão estatal.

A interrupção do movimento para vender aos poucos a CEF, no período de Dilma Rousseff, teria irritado ao extremo alguns barões das finanças interessados no filé dos bancos públicos. Do furor atual nem o BNDES estaria a salvo, comenta-se no setor.

Em alguns estados e municípios, nem foi preciso recorrer ao toma lá dá cá. Geraldo Alkmin há muito declarou-se favorável à privatização parcial do Metrô de São Paulo e João Doria Jr. anunciou, em vídeo apresentado primeiro em Dubai, a oferta de 47 empresas e bens públicos da capital, de cemitérios e linhas de ônibus a símbolos da cidade como o Estádio do Pacaembu e o Parque do Ibirapuera.

Leia mais em: <http://migre.me/wcKpe>